

Da ficção clássica à ficção do romance: a entrada da episteme fenomenista

From classical fiction to romance fiction: the phenomenalist episteme input

LUCIANO DA SILVA FAÇANHA*

ZILMARA DE JESUS VIANA DE CARVALHO**

PRISCILA DE OLIVEIRA SILVA***

Universidade Federal do Maranhão – São Luís – MA – Brasil

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a diferença entre a ficção clássica e a ficção do romance, não só de forma técnica considerando o que compõe textualmente cada uma, mas principalmente o discurso ideológico que embasa a composição de enredos, personagens, tempo, espaço e função moral. Para isso, a base epistemológica que ampara a arte, sobretudo, a literária, será analisada num desenvolvimento cronológico, social, cultural. Sendo assim, será abordado de que maneira a episteme clássica foi perdendo força para dar lugar à episteme fenomenista.

Palavras-chave: ficção; romance; filosofia; episteme; fenomenista.

Abstract: The present article aims to analyze the difference between classical fiction and romance fiction, not only in a technical form, considering how each is composed verbatim, but especially the ideological speech which underlies the composition of plot, characters, time, space and moral function. Therefore, the epistemological basis that sustain the art, mainly the literary, will be analyzed through a chronological, social and cultural development. Thus, it will approach how classical episteme lost its strength, giving rise to phenomenalist episteme.

Keywords: fiction; novel; philosophy; episteme; phenomenalist.

* Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). <lucianosfacanha@hotmail.com>.

** Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da (UFMA). <ziljesus@yahoo.com.br>.

*** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista FAPEMA/CAPES. <prih.o@hotmail.com>.



Introdução

O surgimento do romance e sua trajetória até se firmar dentro da cena literária não ocorreu de forma tranquila e enfrentou forte resistência de seus críticos que consideravam o gênero reprovável. Isso porque nos séculos XVII e XVIII, o romance surgiu como um gênero de ficção, e por isso mesmo, era considerado perigoso aos costumes. Além da restrição estética, isto é, o romance não estava entre os gêneros clássicos já estabelecidos pelos cânones aristotélicos – logo, era um “plebeu” recém-chegado nas Belas-Letras –, o novo gênero surgia com um tipo de ficção com personagens e enredos que poderia corromper seus leitores. Resta-nos saber quais os elementos que compunham a ficção clássica e a do romance.

Ficção e episteme clássica

Segundo Franklin de Matos, em princípio, há uma acusação do caráter ‘plebeu’ do romance, sem precedentes na Antiguidade, pois, “nem Aristóteles nem Horácio, Tucídides ou Tácito tampouco escreveram romances, que só são cultivados nas ‘baixas épocas’, por autores pouco recomendados como Petrônio, Apuleio, Longo ou Heliodoro” (2004, p. 18). Ainda por essa época, o fato do romance ter um aparecimento tardio na literatura, não faltava quem fundamentasse a sua existência, desde tempos imemoriais; pois a antiguidade conhece poucos romances, e sua origem parece sempre duvidosa; porém, durante algum tempo, vários autores entendem o romance como sendo herdeiro da epopeia, principalmente, quando este “se confundia com a poesia, síntese de toda literatura, e como tal o

seu fim visava a exaltação de heróis e de bravos, de seus feitos e de seus amores.” (WATT, 1990. p. 170) Mas a modernidade do romance acaba tornando muito difícil encontrar um modelo que lhe corresponda na antiguidade. Só para se ter uma ideia, na era elizabetana, “não só a poesia, mas também a prosa, eram elaboradas tendo-se em vista a declamação. Imprimir não importava tanto quanto agradar mecenas cujo gosto se formara nos velhos modelos orais” (idem). Dessa forma, o surgimento do romance se dá numa época em que se fazia muito mais a sua recitação do que sua leitura, pois, segundo Marthe Robert (2007, p.11), foram os ouvintes que fizeram os romancistas, de forma parecida como sucedeu com o teatro, a eloquência, ou seja, era uma questão de público. Todavia, essa é uma das dificuldades em se analisar a importância literária desse novo gênero, pois, se na origem, quase todas as importantes formas literárias eram orais, obviamente que isto dificultou os objetivos e as próprias convenções do romance, mesmo depois da imprensa; pois até a força do efeito da carta se perderia num palco ou numa narrativa ora, pela falta da palavra impressa.

Conforme observa Júlia Kristeva, “o ‘romance’ iria impor à modernidade a noção de ‘literatura’, a ponto de confundir-se com esta” (1984, p. 160), e, por esse traço, faz sentido se falar em “romance moderno”. Segundo a autora, essa imposição acaba gerando uma imbricação bastante interessante entre o romance e a própria literatura.

Só para se ter uma ideia, já, na *Poética*, Aristóteles faz sentir a falta de um nome para a arte literária; e essa falta, perdurou até o século das luzes. Citando Aristóteles: “Quanto à arte que imita pela palavra pura

e simples, em prosa ou verso, e se em verso misturando ou não tipos de verso, esta forma de arte chegou até nossos dias sem nome próprio” (1999, p. 37-38). Portanto, ressalta que o teatro sempre foi objeto de interesse e superioridade em relação à arte literária desde a Antiguidade. Aliás, Aristóteles elabora uma extensa teoria da essência das artes imitativas, estabelecendo regras de como se deve imitar a natureza, principalmente a tragédia, superior a todas outras artes, pois é a melhor para atingir o objetivo próprio da arte, porque é a que produz o prazer indicado.

Watt (1990, p.19), em seu livro *A Ascensão do Romance*, ressalta que outro elemento fundamental que marca a diferença entre a ficção clássica e a do romance é a noção de *tempo*. Ora, tanto a literatura quanto a filosofia foram fortemente influenciadas pelo *mundo das ideias* de Platão, o qual consistia em formas universais, imutáveis e atemporais por trás do *mundo sensível*. Sendo assim, não importa o que aconteceu ou o que aconteceria no mundo temporal, as histórias utilizadas na ficção eram atemporais para exprimir verdades morais imutáveis. Souza (2001), na obra *Ilustração e História*, ao comparar a concepção de história linear de Rousseau à história clássica, diz que o tempo na tradição clássica está relacionado à revolução cíclica dos corpos celestes, assim “o esquema temporal da narrativa (...) é (...) em toda concepção grega, periódico, movendo-se dentro de um círculo” (SOUZA, 2001, p. 67-68).

Estabelecer histórias e verdades imutáveis e temporais só é possível dentro de um tempo cíclico por causa de uma concepção de natureza humana também atemporal e imutável. Isso explica porque, a exemplo da tragédia, o tempo de ação restringia-se

a 24 horas, rebaixando a importância da dimensão temporal da vida humana, pois uma verdade pode demorar toda uma vida para ser revelada, ou mesmo, um espaço de um dia. Aliás, Watt (1990, p. 23) ressalta que no período clássico, a atenção era voltada para a morte temporal, e não ao fluxo temporal, pois “cabe-lhes a função de minar nossa percepção da vida cotidiana a fim de que nos preparemos para encarar a eternidade” (WATT, 1990, p. 23). O olhar do indivíduo no seu cotidiano ganhou maior importância na arte paralelamente a uma mudança epistemológica.

Ficção do romance e a entrada da episteme fenomenista

Destaca Domingues (1999, p.35-37), em seu livro *O Grau Zero do Conhecimento*, ao tratar da episteme do séc. XVII, que Descartes ao associar a metafísica à matemática no projeto de uma *mathesis universalis*, isto é, de “uma ciência geral da ordem e da medida, que busca nas matemáticas o novo padrão de racionalidade com que pensar a forma do saber à maneira de uma axiomática do pensamento puro” (DOMINGUES, 1999, p.57), não apenas defendeu por esse meio, quer através do *Discurso do método*, quer das suas *Meditações*, a obtenção de conhecimentos indubitavelmente verdadeiros, como tornou preponderante a noção moderna de busca da verdade como uma questão que concerne completamente ao indivíduo, diferente do que ocorria no pensamento da tradição. Ora, como aponta Watt, o romance é o gênero literário que mais reflete essa nova forma de pensar o indivíduo como não mais passivo diante de uma tradição, mas ativo para buscar sua própria verdade.

Vasconcelos (2002), em *Dez Lições sobre o romance inglês no século XVIII*, afirma que a filosofia moderna, através de Descartes e Locke, abafou as antigas concepções medievais e formulou a noção de sujeito racional, aquele que está no centro do conhecimento:

Ao postular a primazia da experiência individual, atribuir aos sentidos um papel primordial na apreensão da realidade e enfatizar o particular em detrimento do universal, a filosofia voltava sua atenção para a questão da individualidade e sugeria à prosa de ficção o caminho da particularização da personagem, o que iria se traduzir na prática do romance de considerar seus atores como indivíduos particulares localizados no meio ambiente social contemporâneo (VASCONCELOS, 2002, p. 74).

Dessa forma, se antes tínhamos, por exemplo, os enredos da epopeia clássica baseados na História ou nas fábulas, no qual o autor deveria adequar-se aos preceitos considerados corretos, o romance tinha como objetivo fundamental ser fiel à experiência individual, e, como esta nunca é igual a outra, é sempre original e uma novidade. Por isso mesmo, tentar enquadrar o romance às convenções formais da tradição clássica é eliminar o que o gênero traz de principal característica: seu “realismo”.

Vasconcelos (2002, p. 35) comenta que, desde o princípio, “realismo”, no seu sentido técnico, foi utilizado para retratar de forma precisa, artisticamente, os detalhes observados, opondo-se tanto à caricatura quanto à idealização. Esse mesmo sentido foi relacionando a assuntos “realistas”, como os do cotidiano. Dessa forma, “realismo” era compreendido como a realidade do dia-a-dia, em contraposição a assuntos

de cunho lendário ou tradicionalmente heroico. Porém, realismo aqui não quer dizer mera reprodução da realidade.

A realidade do romance está totalmente comprometida a um movimento dialético entre o geral e o particular, isto é, entre a sociedade e o indivíduo. A sociedade não é apenas o cenário no qual as relações humanas são protagonistas. Também o realismo do romance não tem como foco a sociedade na qual o aspecto individual é mero coadjuvante. A preocupação do novo gênero é abordar a sociedade vista sob aspectos subjetivos, assim como indivíduos profundamente afetados pelas normas sociais. A tensão causada por essa relação virou principal tema do romance, tensão inevitável, pois está entrelaçada ao novo tipo de sociedade na qual o romance emergia, como nos fala Vasconcelos (2002, p. 38):

A nova ordem socioeconômica, que iria se construir sobre as ruínas da estrutura feudal, trazia no seu bojo uma ruptura dos nexos entre o homem e a sociedade e o colocava em situação de presente mobilidade, uma vez que sua posição no mundo já não estava mais determinada, o que o obrigava a buscar seu lugar e abrir novos espaços. Nessa busca, marcada por limitações sociais, era de se esperar que as aspirações do indivíduo entrassem em conflito com a realidade e esse passasse a ser o grande tema do romance, que ganhou profundidade na análise dos sentimentos de suas personagens.

Dessa maneira, Watt afirma que duas causas históricas estão no surgimento do individualismo na modernidade: o advento do capitalismo industrial e a difusão do protestantismo. O capitalismo fomentou um aumento da especialização econômica e possibilitou, dentro de um sistema

político menos rígido e mais democrático, uma maior liberdade de escolha individual. As relações pessoais não mais se baseavam na família, na igreja, na pátria ou qualquer outra identidade coletiva. Na nova ordem econômica, o indivíduo era o responsável pela determinação de seus papéis: econômico, político, social e religioso.

Outro fator importante do capitalismo moderno para o surgimento do romance foi a especialização econômica. Quanto mais divisão de trabalho na estrutura econômica, tanto maior o número das diferentes experiências humanas, e consequentemente, significados e valores diversificados da vida contemporânea, possibilitando ao romancista um leque mais amplo de possibilidades atrativas a seus leitores. Além dos fatores já citados, existe ainda um que contribuiu para a permanência do romance: a Dignidade do Trabalho.

Watt (1990, p. 66) ressalta que a crença na dignidade do trabalho não surgiu na modernidade, mas no período clássico. Os cínicos e estoicos lutavam contra o menosprezo do trabalho braçal, ideia fundamental numa sociedade escravocrata, porém essa ideia só se desenvolveu de modo mais acabado na época moderna e estreitamente ligada ao protestantismo, sobretudo ao calvinismo, que...

[...] em particular tendia a fazer seus adeptos esquecerem a ideia de que o trabalho era o castigo divino para a desobediência de Adão enfatizando a ideia muito diferente de que a infatigável administração dos dons de Deus constituía uma obrigação ética e religiosa de suprema importância. (WATT, 1990, p. 66)

Ainda de acordo com Watt (1990, p. 67), a consequência disso é que uma

vez que a espiritualidade foi vinculada ao trabalho do cotidiano, o próximo passo do indivíduo autônomo era julgar seus feitos como uma forma quase divina de manter o ambiente sob seu domínio. Dessa forma, as atividades humanas de qualquer pessoa comum poderiam constituir o centro da atenção do romance, pois a concepção da dignidade do trabalho validava a ideia de que uma “simples” rotina do indivíduo podia ser objeto de interesse de extrema importância e consideração da literatura. Mas voltemos às rupturas epistemológicas.

Domingues (1999) refaz toda a trajetória epistemológica do período clássico à modernidade. Segundo o autor, desde o começo da filosofia, a base do saber estava assentada em duas ideias distintas, porém complementares: o espírito de sistema e a metafísica.

O espírito de sistema, conforme Domingues (1999, p. 173-175) é a ideia de construir um sistema de conhecimento totalizante, na qual as partes estão profundamente ligadas entre si, quanto os corpos do universo formam um todo ordenado. A metafísica, ideia de erguer um saber total da realidade em sua totalidade, de modo que funde a si mesma e fazendo derivar as demais disciplinas particulares como pertencentes ao todo. Existe, portanto, uma unidade que liga essas duas ideias que comporta uma ontologia de princípios e lógica da identidade, de tal forma que todos os saberes, comportamentos, ideias, devam estar subordinados a esse sistema. Essa assimilação da metafísica pela ciência fora muito difundida e defendida pela episteme essencialista do séc. XVII, como é possível verificar em Descartes, Espinosa, Leibniz, dentre outros, todavia é justamente essa unidade que é abalada a partir da entrada

do que Domingues (1999, p. 192) chama *estratégia fenomenista*.

Segundo Domingues (1999, p. 193), a estratégia fenomenista, provocada pelo paradigma newtoniano, está voltada mais ao *modus operandi* das coisas do que ao *modus essendi*, isto é, dissocia a ciência da metafísica, a fim de fornecer um conhecimento positivo baseado em fatos "confirmados" pela observação e experiência. O que se pretende é construir uma nova racionalidade não mais pautada na abstração das ideias, ou seja, as ideias serão formuladas a partir da experiência e observação, e não o inverso:

Demais, sem uma região privilegiada do ser a remontar, explicar não consiste mais em reduzir os fenômenos às essências, mas em descrever e correlacionar os fenômenos, dobrando-os sobre si mesmos. Por fim, se se recorre aos princípios, estes não designam mais a região metafísica das essências, mas um sistema de forças que ocupam a zona intermediária situada entre a superfície lisa dos fenômenos, colada na percepção, e a região profunda das essências, a habitar um mais além ou mais aquém deles (DOMINGUES, 1999, p. 189-190).

É nesse sentido que Watt afirma que o romance surgiu numa sociedade caracterizada pelo "individualismo". Isso não quer dizer que em outras épocas e em outras sociedades não houvesse "individualistas" no sentido de egoístas ou livres em relação às normas vigentes. O conceito de individualismo consiste na ideia de uma sociedade marcada pela independência dos indivíduos que...

[...] depende evidentemente de um tipo especial de organização política econômica e de uma ideologia adequada; de modo mais específico,

depende de uma organização econômica e política que proporcione a seus membros um amplo leque de escolhas e de uma ideologia baseada não na tradição do passado, mas na autonomia do indivíduo (WATT, 1990, p. 55).

Com a saída e o enfraquecimento da tradição clássica como paradigma, vários campos de saber passaram a formular suas próprias leis influenciados pelo paradigma newtoniano. É o caso do campo econômico, o qual tem como fundamental pensador Adam Smith. Smith, considerado o Newton da economia, influencia através de seu *homo economicus*, como veremos, o romance *Robinson Crusó* de Daniel Defoe.

A episteme fenomenista de Adam Smith em *Robinson Crusó*

Em *Robinson Crusó*, de Daniel Defoe (1660-1731), Watt percebe como a nova posição do *homo economicus* simbolizava também a nova posição do individualismo no sentido econômico. *Robinson Crusó* anseia a todo tempo uma nova aventura, sinalizando uma espécie de constante insatisfação com sua situação atual. Na verdade, faz parte da dinâmica capitalista não apenas assegurar o *status quo*, mas transformá-lo incansavelmente, nesse sentido "partir, melhorar de situação constitui uma característica fundamental do estilo de vida individualista" (WATT, 1990, p. 60). Por essa tendência de individualismo capitalista, os laços familiares e o sentimento de nacionalismo são deixados num segundo plano, ou mesmo menosprezados.

Podemos perceber como essa insatisfação se sobressai em detrimento de considerações familiares em uma passagem do próprio romance quando o pai de

Crusoé tenta convencê-lo a não ir embora, e este afirma:

Sensibilizado por suas palavras, procurei, sinceramente, seguir sua orientação. Mas durou muito pouco tempo. Menos de uma semana depois, já me empolgava com novos sonhos de viagens e aventuras. Passei a evitar conversar com meu pai: não desejava ouvir outras reprimendas. (...) a vontade de ver o mundo era tão grande que se tornava impossível contentar-me com o pequeno universo de Iorque (DEFOE, 1986, p. 08).

Em *O Grau Zero do Conhecimento*, Domingues (1999), dedica um capítulo para analisar o *homo economicus* de Smith. A insatisfação humana no campo econômico, segundo o autor, é formulada a partir de uma carência originária do homem, sendo função do trabalho suprir essa carência, isto é, "o que torna possível a economia e necessário o trabalho é uma perpétua e fundamental carência dos homens diante de uma natureza indiferente a seus desígnios (coisa-aí)" (DOMINGUES, 1999, p. 233). Em Adam Smith grande representante do livre mercado e do capitalismo, essa carência é suprimida pelo trabalho e este impulsionado pelo lucro.

Em *A Riqueza das Nações*, Smith descreve como o homem se comporta para alcançar os próprios interesses, comportamento que podemos perceber em Robinson Crusoé. Ao tratar do princípio que dá origem à divisão do trabalho, Smith afirma que isso ocorre devido a uma propensão humana à troca. Diz ainda que essa propensão parece ser uma consequência necessária das faculdades de falar e raciocinar, sem, entretanto, admitir que se trata de um dos princípios originais da natureza humana. Afirma Smith (1983, p. 50):

Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse (...) Assim como é por negociação, por escambo ou compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho.

Ora, não é o interesse próprio que move não só a vida de Crusoé, como também permite que ele alcance suas ambições através da troca com outros viajantes, também impulsionados pelos seus próprios interesses?

Em uma de suas viagens, devido a sua habilidade de marinheiro e mercador, Crusoé é convidado a levar um navio até Guiné para trocar mercadorias e comprar escravos. Ele próprio afirma:

Um belo dia, três colonos surgiram com uma proposta tentadora: armariam, por sua conta e risco, um navio para ir buscá-los (os escravos) em Guiné; precisavam então dos meus serviços, uma vez que, como mercador e marinheiro, eu conhecia a África; em troca, receberia a quarta parte dos lucros e dos escravos conseguidos (...) (DEFOE, 1986, p. 17).

Como o próprio Crusoé declara, mesmo não havendo necessidade alguma de lucro, pois já era rico, aceitou a proposta, pois não conseguia ficar longe de uma *nova aventura*. Sua frequente carência era abafada em inúmeros trabalhos, viagens, busca do lucro.

Desse modo, no romance do inglês Daniel Defoe, podemos perceber, portanto, as novas aspirações do homem que, sem mais laços com tradições, família, determinações sociais, está unicamente comprometido com as próprias vontades e ambições, o que Adam Smith explica como uma propensão humana à troca com o objetivo maior, que é o lucro.

Daniel Defoe, que viveu entre os séculos XVII e XVIII, fez de *Robinson Crusóé* o grande quadro do que observava ao seu redor. E foram exatamente nesses séculos que o romance, apesar de renegado por sua origem não nobre, ganhou cada vez mais espaço.

Considerações finais

Em um primeiro momento, no período clássico, temos uma literatura voltada não para humanos individualizados, mas para tipos humanos universais, cuja forte preocupação era a preparação para a eternidade após a morte. Encontramos na base dessa concepção uma epistemologia clássica caracterizada pela ordem, harmonia e, sobretudo, uma natureza humana pautada numa racionalidade universal. Dessa forma, os traços humanos considerados contingentes e particulares eram subtraídos em nome da metafísica e do espírito de sistema, constituintes da episteme clássica. Porém, transformações sociais exigiram iguais transformações na concepção de natureza humana, e, conseqüentemente, no âmbito da arte.

O cogito cartesiano que creditou ao homem a busca pela verdade, assim como o declínio do sistema feudal e a nova ordem socioeconômica do capitalismo emergente foram alguns dos fatores cruciais que possibilitaram a ressignificação

de natureza humana. Na modernidade, o homem não está mais vinculado a hierarquias e tradições fixas que o determinem, traçando um destino. Agora, a cada ser humano é possível buscar e traçar sua própria trajetória no mundo. Temos aqui a saída da episteme clássica e o avanço da episteme essencialista. Já no séc. XVIII, a episteme fenomenista, por sua vez, afasta as concepções essencialistas e fixas do ser humano e trata do fenômeno, da observação e da experimentação, podendo ser percebida na literatura, como por exemplo, na episteme fenomenista de Adam Smith assimilada pelo romance *Robinson Crusóé* de Daniel Defoe, haja vista que *Robinson Crusóé* é a personificação do *homo economicus* na nova posição do homem no sentido do individualismo econômico.

Enfim, a trajetória da ascensão do romance foi marcada por transformações epistemológicas, sociais, culturais e econômicas que ocorreram desde a antiguidade clássica até a modernidade. A arte, e de forma específica aqui tratada, a literatura, é o termômetro de seu momento. E, por isso mesmo, foi a partir da modernidade, do eu fragmentado, sem raízes, que exigiu uma nova linguagem que falasse a todos: o romance.

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. Tradução de Baby Abrão. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- DEFOE, Daniel. *Robinson Crusóé: a conquista do mundo numa ilha*. Tradução de Werner Zotz. São Paulo: Scipione, 1986.
- DOMINGUES, Ivan. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- KRISTEVA, Júlia. *O texto do Romance*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

MATOS, Franklin de. *A cadeia secreta*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

ROSENFELD, Anatol; GUINSBURG, J. Um conceito de classicismo. In: GUINSBURG, J. *O classicismo*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

ROBERT, Marthe. *Romance das origens, origens do romance*. Tradução de André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, Maria das Graças. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. *Dez lições sobre o romance do século XVIII*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

WATT, Ian. *A Ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Recebido: 18 de agosto de 2016.

Aceite: 23 de setembro de 2016.